

# LEGISLAÇÃO

## MARCOS INTERNACIONAIS:

- 1919: A Sociedade das Nações cria o *Comitê de Proteção da Infância*. A existência deste comitê faz com que os Estados não sejam os únicos soberanos em matéria dos direitos da criança.
- 1923: Eglantyne Jebb (1876-1928), fundadora da Save the Children, formula junto com a *União Internacional de Auxílio à Criança* a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, conhecida por *Declaração de Genebra*.
- 1924: A Sociedade das Nações adota a Declaração de Genebra.
- 1927: Durante o IV Congresso Panamericano da criança, dez países americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Chile, Equador, Estados Unidos, Peru, Uruguai e Venezuela) subscrevem a ata de fundação do Instituto Interamericano da Criança (IIN - *Instituto Interamericano del Niño* - hoje vinculado à OEA e estendido à adolescência), organismo destinado à promoção do bem-estar da infância e da maternidade na região.
- 1934: A Sociedade das Nações aprova, pela segunda vez, a Declaração de Genebra.
- 1946: O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas recomenda a adoção da Declaração de Genebra. Logo após a II Guerra Mundial um movimento internacional se manifesta a favor da criação do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância - UNICEF.
- \* 1948: A Assembléia Geral das Nações Unidas proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nela os direitos e liberdades das crianças e adolescentes estão implicitamente incluídos.  
<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

- 1959: A Declaração dos Direitos da Criança é adotada por unanimidade. Entretanto, este texto não é de cumprimento obrigatório para os estados-membros.
- \* 1969: No Continente Americano, o tratado celebrado em 1969 - o Pacto de São José da Costa Rica - estabelece, em seu artigo 19, que “*toda criança tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte da família, da sociedade e do Estado*”.[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convenc\\_ao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convenc_ao_americana.htm)
- 1979: Celebra-se o Ano Internacional da Criança. São realizadas atividades comemorativas ao vigésimo aniversário da Declaração dos Direitos da Criança.
- 1983: Diversas ONGs se organizam para elaborar uma Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, possuindo o estatuto de consulta, junto à ONU.
- 1985 : Há um aprimoramento da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, através das denominadas "*Regras de Beijing*". [http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex47.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm)
- 1989: A Convenção sobre os Direitos da Criança é adotada pela Assembleia Geral da ONU e aberta à subscrição e ratificação pelos Estados Membros.
- 1990: São estabelecidas as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio) Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/110. <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/09/6ab7922434499259ffca0729122b2d38.pdf>

- 1990: São estabelecidas as "*Diretrizes de Riyad*", para prevenção da delinqüência juvenil, visando também o aprimoramento da Declaração Universal dos Direitos das Crianças. 1990: Celebra-se a Cúpula Mundial de Presidentes em favor da infância. Nesta cúpula se aprova o Plano de Ação para o decênio 1990-2000, o qual serve de marco de referência para os Planos Nacionais de Ação para cada Estado parte da Convenção. [http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex45.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex45.htm)
- 1990: São estabelecidas as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegNacUniProtMenPrivLib.html>
- 1999: Convenção 182/ OIT - É estabelecida a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação, em Genebra. 2001: É celebrado o Ano Interamericano da Infância e Adolescência. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3597.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3597.htm)

## MARCOS NACIONAIS

- 1988: Artigos 227 a 229 da Constituição Federal. Tais dispositivos constitucionais em suma, asseguram ao menor de 18 anos de idade, assistência Integral à saúde física e mental, especial proteção no trabalho, garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, acesso à escola, ao devido processo legal em caso de acusação de infração à lei penal, excepcionalidade e brevidade da medida privativa de liberdades, entre outros. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

- 1990: A Lei nº 8.069, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo entre outros, a proteção integral aos mesmos.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)
- 1990: O Decreto nº 9.9710, promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)
- 2006: O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, através da Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006.
- 2012: A Lei nº 12.594, Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)

- 2013: A Lei nº 12.852, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)
- 2015: a Lei nº 13.185, Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm)
- 2016: A Lei nº 13.257, dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)
- 2017: A Lei nº 13.431, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).  
[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm)
- 2017: A Lei nº 13.509, dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), APROVADA PELO Decreto-Lei nº5.452, DE 1º de maio de

1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)